



**SNPTEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

GIA - 16
16 a 21 Outubro de 2005
Curitiba - Paraná

**GRUPO XI
GRUPO DE IMPACTOS AMBIENTAIS - GIA**

**UHE TUCURUÍ: JUSANTE X MONTANTE - A INCORPORAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA
NOS PROCESSOS DE INSERÇÃO REGIONAL**

**Sílvia Maria Frattini Gonçalves Ramos* Patrícia Dario El Moor
Ana Lúcia Valença Santa Cruz de Oliveira Viviane Kerry Tomáz do Espírito Santo
Adriane Michels Brito**

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise comparativa da inserção regional da UHE Tucuruí nos processos adotados a jusante e a montante da usina. Os Planos de Desenvolvimento Sustentável e de Inserção Regional dos respectivos processos foram concebidos e implantados em épocas diferentes e com metodologias distintas, resguardando, entretanto, as regras conceituais de inserção regional. Enquanto o processo desenvolvido nos municípios a montante foi elaborado priorizando a representação oficial ao longo das etapas de planejamento e gestão, nos municípios a jusante, a representação popular prevaleceu. Quanto à concepção dos planos, embora teoricamente em ambos, as premissas de sustentabilidade em todas as dimensões estivessem presentes, na prática, algumas dimensões sobrepujaram outras comprometendo os resultados finais e os próprios planos.

PALAVRAS-CHAVE

Inserção regional, participação social, gestão participativa, plano de desenvolvimento sustentável, conflitos sócio-ambientais.

1.0 - INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 60 e 80, a exemplo do que vinha ocorrendo na região Norte, o Estado do Pará recebeu grandes empreendimentos, entre os quais é lícito salientar, dentre outros, a rodovia Transamazônica - a PA 150, projetos agropecuários, o Programa Grande Carajás com magnos projetos de lavra e beneficiamento de minerais e a usina hidrelétrica de Tucuruí. Na realidade, todos os empreendimentos implantados na região de influência da UHE Tucuruí, independente da forma mais ou menos agressiva, contribuíram para a transformação da região. Metodologicamente, é difícil discernir ou ratear o impacto sócio-ambiental produzido em cada empreendimento separadamente, embora, na atualidade, grande parte dos impactos promotores da geração de conflitos seja atribuída à construção da hidrelétrica.

A expectativa formada em torno do programa governamental de desenvolvimento para a região, o Programa Grande Carajás, foi frustrada. Da presença do Estado restou apenas a UHE Tucuruí, concessão da Eletronorte. Os demais empreendimentos estão pulverizados e no âmbito do setor privado. Como agravante, movimentos cíclicos de expansão e retração da área de fronteira econômica ocorreram, nas últimas décadas, acentuando a situação de carência das comunidades, decorrente da falta de infra-estrutura básica na região. As demandas sociais assumiram proporção tão significativa que os setores que implantam algum empreendimento de porte mais significativo e têm espaço no seu orçamento para a promoção de ações compensatórias encontram-se instigados a transcender suas atribuições e a buscar soluções para questões sociais mais amplas.

Assim, ao implantar a segunda etapa da construção da UHE Tucuruí, atendendo à demanda dos municípios, movimentos sociais e ao licenciamento ambiental, a Eletronorte passou a implantar planos de desenvolvimento e inserção regional.

2.0 - A UHE TUCURUÍ E O CONTEXTO REGIONAL

2.1 A UHE Tucuruí

A UHE Tucuruí está situada no rio Tocantins, Estado do Pará. A construção desta usina está sendo realizada em duas etapas. A primeira, cuja potência instalada é de 4.000MW, foi iniciada em 1976, entrando em operação comercial em 1984. A segunda Casa de Força, iniciada em 1998 e que ainda está em construção, ampliará a capacidade instalada da usina em 4.125MW. Em junho de 2006, com a implantação da última unidade geradora, Tucuruí será a quarta maior hidrelétrica do mundo, com 8.125MW.

Três eventos relativos à construção da usina provocaram significativos impactos sócio-ambientais:

1. Construção da primeira casa de força, com a implantação do reservatório;
2. Construção da segunda casa de força; e
3. Elevação da cota de operação da usina em 2002.

A implantação da primeira etapa da UHE Tucuruí na década de 70 ocorreu privilegiando aspectos da redução de custos e as metas setoriais de geração de energia. A legislação ambiental brasileira ainda não exigia o licenciamento ambiental. Nesta ocasião, as medidas compensatórias eram negociadas de forma a apenas ressarcir o dano material provocado, sem a preocupação de criar condições efetivas de induzir o desenvolvimento das potencialidades regionais.

Com a implantação da segunda casa de força, a questão ambiental foi reavaliada considerando as alterações nos impactos originados a partir da motorização completa do empreendimento. Devido à grande pressão dos movimentos sociais muitos dos programas desenvolvidos tiveram sua abrangência ampliada.

A crise de energia elétrica de 2001 levou a Eletronorte a preparar a UHE Tucuruí para operar na cota 74. A usina foi projetada para operar na cota 76, porém até então, operava normalmente na cota 72. Para tanto, foi necessário providenciar a desocupação do entorno do reservatório. O processo de licenciamento condicionou a operação da cota 74 com a implantação do plano de inserção regional nos municípios do entorno do reservatório, objetivando estruturar novas bases para a economia local.

2.2 Caracterização da região de influência da UHE Tucuruí

A Microrregião sob influência da UHE Tucuruí faz parte da Sub-Bacia do Araguaia-Tocantins, localizada na Mesorregião Sudeste do Estado do Pará, compreendendo uma área de aproximadamente 123.988,875 km², que equivale a 9,9 % da área do Estado do Pará. Para efeito analítico, a Microrregião foi dividida em duas sub-regiões com características diferentes, definidas pela sua posição em relação à UHE Tucuruí: a microrregião situada a montante, formada pelos municípios de Itupiranga, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Jacundá, Tucuruí, Breu Branco e Goianésia do Pará e a sub-região situada a jusante da UHE, constituída pelos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé Miri e Limoeiro de Ajurú.

A dinâmica econômica e demográfica das regiões a montante e jusante são opostas, provavelmente, pelo menos em parte, pelo impacto diferenciado da construção da UHE Tucuruí. Enquanto a região a montante de Tucuruí experimentou um processo pujante de crescimento demográfico e econômico, a região a jusante, de colonização mais antiga vivenciou um processo de desestruturação do seu processo produtivo, evidenciado pela estagnação econômica e populacional. Em 1980, o PIB da região a montante não chegava a 10% do PIB da região de jusante, entretanto, decorridos 30 anos, os PIBs das duas regiões praticamente se equivalem. De modo análogo, observa-se o mesmo em relação ao processo demográfico: em 1970 a região de montante contava com uma população da ordem de 25% da população de jusante, atualmente, a população de montante é cerca de 17% superior à de jusante.

A população da região a montante cresceu a um ritmo de expansão demográfica médio de 9,6% ao ano entre os anos 70, início das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e o ano de 2000. Este crescimento foi mais significativo entre os anos 70 e 80. Os municípios que apresentaram maior crescimento foram: Jacundá (560% e 189%, respectivamente nas décadas de 70 e 80), Itupiranga (300% e 200%) e Tucuruí (515% na década de 70 e 33,5% nos anos 80). Este acelerado crescimento demográfico trouxe conseqüências sociais graves, como a forte pressão sobre os serviços públicos e a incapacidade de resposta eficiente do setor produtivo. Dessa forma, as deficiências das estruturas sociais são notórias e a pobreza visível, embora tenha ocorrido melhora ao longo do tempo.

Por sua vez, a região a jusante da usina registrou crescimento moderado da população, passando de 124 mil habitantes em 1970, para 211 mil em 2000, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE. Isso representa uma taxa média de crescimento demográfico de 1,8% aa, bem inferior à registrada pela área a montante da UHE e, também, abaixo da taxa média de crescimento demográfico do Estado do Pará, que foi de 3,3% aa.

A estrutura econômica da microrregião de montante concentra-se, basicamente, em atividades agropecuárias, destacando-se a criação bovina e de aves, além da extração vegetal. Na agricultura de lavoura permanente planta-se banana, cacau, café, côco da Bahia, laranja, maracujá, pimenta do reino e urucum, dentre outras. A

lavoura temporária divide-se principalmente entre o arroz, feijão, mandioca e milho. Com relação à pecuária, Microrregião de Tucuruí teve um crescimento do efetivo de rebanho bovino na Microrregião entre os anos 1995 e 1998 de 22%, muito superior ao crescimento estadual de 3,4%, provavelmente devido ao deslocamento da atividade extrativista para a pecuária.

No campo econômico, a microrregião de jusante registrou crescimento médio de apenas 0,32% ao ano, entre 1980 e 1996, reflexo da redução das atividades agropecuárias. Esta retração econômica se evidencia, particularmente, na década de oitenta, com a diminuição do PIB em termos absolutos em quase todos os municípios, exceto em Mocajuba.

3.0 - INSERÇÃO REGIONAL

A história do setor elétrico brasileiro evidenciou o contraste entre os benefícios advindos das usinas hidrelétricas, apropriados pelas regiões supridas com energia elétrica e os custos sociais e ambientais advindos da implantação dos empreendimentos, geralmente localizados em regiões distantes dos principais centros consumidores. O setor elétrico brasileiro, predominantemente voltado para obtenção de resultados setoriais, nas décadas de 70 e 80, impulsionava suas ações no sentido da criação de enclaves que resultaram em uma oposição crescente aos novos empreendimentos. A evolução dos conflitos e a percepção de que a mera compensação do impacto mensurado dos indivíduos atingidos não é suficiente para recompor o tecido social e econômico das comunidades levou o setor a introduzir o conceito de Inserção Regional em seu planejamento.

O conceito de Inserção Regional incorpora a promoção do desenvolvimento local por meio de medidas que visem a internalização dos efeitos positivos na construção de usinas hidrelétricas, não se restringindo às ações de mitigação e compensação ambiental. São impactos com potencial de indução ao desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, como a geração de emprego e renda, aproveitamento de potencialidades regionais, implantação de infra-estrutura e outros.

O paradigma conceitual de desenvolvimento sustentável que orienta a formulação dos planos de desenvolvimento é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Esses objetivos do desenvolvimento sustentável envolvem relações bastante complexas entre as diversas dimensões da realidade (econômica, social, ambiental, tecnológica e institucional), com processos e dinâmicas nem sempre convergentes e combinadas no tempo e no espaço. As relações entre as dimensões contêm tensões e conflitos, de modo que, dadas determinadas condições estruturais do modelo de desenvolvimento, os ganhos em cada dimensão podem levar, ao contrário, a perdas e declínios em outras.

O modelo de expansão e modernização da economia da Microrregião, ainda baseado em formas extensivas e predatórias de utilização dos recursos naturais, tende a manter uma forte pressão antrópica sobre os ecossistemas. A degradação dos recursos naturais, mesmo na fase mais recente de baixo crescimento econômico, ameaça a riqueza dos seus ecossistemas. A natureza e intensidade dessas pressões dependem do efeito combinado do crescimento econômico, da gestão ambiental e da difusão de tecnologias mais adaptadas ao desenvolvimento sustentável.

Para que o processo de inserção regional incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável é necessário que faça parte de um plano de desenvolvimento para a região, com a preocupação de alinhar diretrizes no sentido da sustentabilidade. No âmbito do **plano de desenvolvimento**, a parceria do empreendedor se expressa por meio de um **plano de inserção regional**.

4.0 - PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Foram traçados dois planos de desenvolvimento e dois planos de inserção: o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí –PDST, o Plano de Inserção Regional – PIRTUC para região a montante da usina e o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Jusante da UHE – Tucuruí – PPDJUS e o Plano de Inserção Regional de Jusante – PIRJUS.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí (PDST) compreende os 7 municípios limieiros: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Está estruturado em torno de cinco grandes eixos estratégicos: Adensamento das cadeias produtivas; Recuperação e controle ambiental; Aumento da competitividade e da eficiência econômica; Desenvolvimento da educação, de tecnologias sustentáveis e capacitação da sociedade; e, Desenvolvimento institucional e organizacional. O PDST é o referencial para as iniciativas e ações dos diversos agentes públicos e privados na região, inclusive a Eletronorte, e define um conjunto amplo de projetos estratégicos necessários ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população, a médio e longo prazo, permitindo enfrentar os problemas e aproveitar as potencialidades regionais.

Este Plano foi estimado em R\$ 2 bilhões a ser implementado em vinte anos. Deste total estimado, a Eletronorte se comprometeu em investir R\$ 200 milhões através do Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí – PIRTUC.

O Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da UHE Tucuruí abrange os municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú Oeiras do Pará, Mojú, Abaetetuba e Barcarena. O

PPDJUS é um plano que contém 4 eixos estratégicos: Reestruturação e diversificação da base produtiva; Conservação e recuperação do meio ambiente; Desenvolvimento humano; e, Qualificação e organização da sociedade e dos governos locais e 4 focos prioritários de investimentos: Potencialização tecnológica da produção familiar tradicional; Superação das macro-carências de infra-estrutura econômica; Criação de redes eficientes de educação e saúde; e, Execução de estudos de ordenamento e mapeamento territorial. Está orçado em 1,6 bilhões em investimentos previstos para vinte anos. A parcela da Eletronorte para implementação do PIRJUS foi estipulada em R\$ 160 milhões.

E, para dar maior visibilidade aos planos de inserção regional foi elaborado um sistema de gerenciamento: o Sistema de Inserção Regional – SIR, que permite aos usuários consultar dados de previsão e realização de cada Convênio/Contrato através da Intranet com atualização diária. A próxima etapa será colocar o SIR a disposição pela Internet, o que permitirá consultas pelos Órgãos Públicos Federais e Estaduais bem como as Prefeituras envolvidas no processo.

4.1 O processo a montante

Os municípios do entorno do lago de Tucuruí formaram um consórcio com o intuito de alavancar o desenvolvimento da região - COMPART. Este consórcio se relaciona com a Eletronorte levando as demandas municipais, acompanhando as atividades. As administrações municipais se encarregam de estabelecer suas prioridades. Esta forma de gestão levou a definição de projetos que seriam de atribuição do poder público, como o auxílio à construção de escolas, postos de saúde e inclusive prédios públicos como Fórum etc. A tabela 1 apresenta o montante de recursos investidos no PIRTUC por áreas de atuação.

TABELA 1 – VALOR CONVENIADO DO PIRTUC POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO	VALOR CONVENIADO (R\$)	%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	232.397,00	0,41%
EDUCAÇÃO	5.719.255,00	10,15%
FORTEALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	13.476.439,31	23,92%
FORTEALECIMETO ECONÔMICO	729.137,00	1,29%
INFRA-ESTRUTURA	21.924.270,70	38,91%
SANEAMENTO	4.967.137,51	8,82%
SAÚDE	9.294.068,14	16,50%
TOTAL	56.342.706,56	100,00%

Fonte: Eletronorte/EIR/SIR, janeiro 2005.

A maioria dos convênios do PIRTUC tem por objeto a realização de obras em parceria com as prefeituras municipais. Na área de assistência social a parceria diz respeito à construção de um prédio da Casa de Passagem para abrigo de crianças e adolescentes. Na educação, são parcerias para a construção ou reformas de escolas, salas de aula e aquisição de moveis e equipamentos. O fortalecimento das instituições públicas se refere à parceria para a construção e reforma de prédios públicos como: construção e reforma de secretarias municipais, prédio para abrigar os Conselhos Municipais, Fórum do judiciário e sede de prefeitura. Como fortalecimento econômico está o programa de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Como infra-estrutura estão classificados os projetos de parceria para drenagem e pavimentação asfáltica, recuperação de estradas vicinais, linhas de distribuição de energia elétrica, fábrica de bloquetes, calçamento de ruas etc. As ações da área de saneamento são parcerias para a construção de sistema de abastecimento de água. Enquanto que, as ações da Saúde são parcerias diversas, incluem construção de posto de saúde, mas também incorporam ações preventivas de educação e atenção básica à saúde.

Em parte, esta configuração do conteúdo das parcerias realizadas reflete a situação de carência dos municípios a montante em função do afluxo populacional. Os equipamentos públicos não atendem a demanda crescente de uma região com dinamismo característico de expansão da fronteira econômica. Por outro lado, os movimentos sociais até então não estavam participando da gestão do PIRTUC.

4.2 O processo a jusante

No planejamento a jusante, dos nove municípios abrangidos pelo Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável - PPDJUS apenas cinco são considerados no PIRJUS: Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru. Estes cinco municípios são considerados os afetados pela construção da UHE Tucuruí. Os demais participam do Plano de desenvolvimento através da articulação dos movimentos sociais. Estes movimentos reivindicam o reconhecimento dos impactos da hidrelétrica e a inclusão no PIRJUS.¹

¹ Como consequência, a Eletronorte submeteu à Secretaria de Ciências Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do

Este Plano popular foi elaborado em oficinas participativas ocorridas nos nove municípios. Estas oficinas congregaram representantes dos movimentos sociais e dos poderes instituídos no âmbito municipal. O PPDJUS foi centrado na necessidade da população, enfatizando a geração de emprego e renda.

O PPDJUS possui um Conselho Gestor - CONJUS, instância que congrega representantes: da Eletronorte, dos Governos municipais e estaduais, das Instituições de ensino e pesquisa e dos movimentos sociais atuantes na região. A formação deste Conselho ocorreu como um resultado das oficinas participativas. O planejamento da estratégia de desenvolvimento regional e a decorrente escolha dos programas a serem conveniados com a Eletronorte passam por este Conselho.

Assim, foi sugerida à Eletronorte a formação de parcerias em projetos relativos à elaboração de Planos Diretores, estudo de Cadeias produtivas, detalhando as oportunidades e potencialidades advindas dos setores produtivos locais, e parcerias em projetos no setor de aquicultura e pesca. Foi ainda solicitada parceria na construção de escolas e outras necessidades na área de saúde, que em breve deverão se concretizar.

A Tabela 2 apresenta o valor conveniado do PIRJUS por áreas de atuação.

TABELA 2 – VALOR CONVENIADO DO PIRJUS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO	VALOR CONVENIADO (R\$)	%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00%
EDUCAÇÃO	1.182.442,76	30,05%
FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00%
FORTALECIMENTO ECONÔMICO	777.628,40	19,76%
INFRA-ESTRUTURA	1.975.497,30	50,20%
SANEAMENTO	0,00	0,00%
SAÚDE	0,00	0,00%
TOTAL	3.935.568,46	100,00%

Fonte: Eletronorte/EIR/SIR, janeiro 2005.

5.0 - COMPARAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO REGIONAL E DA GESTÃO DOS PROCESSOS

A montante, os representantes oficiais (prefeitos, vereadores) se preocuparam em suprir a carência de infraestrutura urbana e prédios públicos como escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, fórum, sede para o legislativo etc., ficando relegadas as dimensões da sustentabilidade econômica, ambiental, institucional, principalmente, a articulação com setores populares.

Por sua vez, o processo a jusante priorizou a economia popular concebendo um programa integrado de pesca e piscicultura em âmbito regional, que em muito irá beneficiar a reestruturação da economia regional. Entretanto, ainda não conseguiu implantar, principalmente devido à dificuldade em negociar as parcerias com as administrações municipais. A sustentabilidade política do PPDJUS ficou prejudicada. Além disso, o CONJUS não atentou para os limites da competência institucional do empreendedor.

Num primeiro momento, a comparação dos diferentes procedimentos permite as seguintes observações:

1. Vantagens e adequações do método utilizado a jusante relativamente ao de montante:

- Envolve maior número de atores sociais;
- Gerencia e controla o recurso destinado à inserção regional
- Contribui para a formação de uma consciência ambiental;
- Modifica comportamentos;
- Promove interação social;
- Contribui para a formação de parcerias extra-oficiais;
- Legitima e solidifica os resultados obtidos.

2. Desvantagens do processo participativo realizado a jusante:

- O processo participativo exige tempo de discussão para a formação de consenso;
- Gera expectativas na população;
- Exige maior "jogo de cintura" do empreendedor tanto para o encaminhamento do processo quanto para a implantação dos projetos;

Pará - SECTAM um Termo de referência para a realização de estudos para identificação de impactos sócio-ambientais *a posteriori* nos nove municípios.

- Favorece a formulação de demandas extraordinárias. No caso do processo de jusante, a Eletronorte foi surpreendida com a demanda de inclusão no seu Plano de Inserção Regional mais quatro municípios.

6.0 - CONCLUSÃO

Ambos os processos, montante e jusante, são relativamente recentes. A inserção regional de montante teve início no ano 2000 no final do governo FHC e a de jusante em 2003 com o governo Lula. Os resultados efetivos dos processos deverão aparecer nos indicadores sociais nos próximos ciclos de apuração destas estatísticas.

Entretanto, passado quatro anos da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Tucuruí - PDST somos obrigados a reconhecer que sua realização hoje, limita-se as ações realizadas pela Eletronorte através de seu plano de Inserção Regional. Frustrando, em muito, as expectativas geradas pelo PDST, que tinha em sua proposta, a realização de ações coordenadas de integração dos diferentes órgãos do poder público: municipal, estadual e federal, inclusive, envolvendo recursos de grande monta.

O planejamento regional buscou interpretar a microrregião como um sistema complexo que articula as dimensões da sustentabilidade – cada uma delas compondo subsistemas em interação: a dimensão econômica, sociocultural, político-institucional e ecológica. Na prática, o jogo político, o desconhecimento dos atores, a insipiência do processo de gestão, dentre outros fatores, neste primeiro momento de implantação dos processos de inserção regional tem provocado desequilíbrios que comprometem parcialmente a concepção e os objetivos originais dos planos.

Ambos os processos, montante e jusante, necessitam de correção de rumo. Ao final de 2004, foi realizada nova rodada de oficinas participativas a montante, congregando os movimentos sociais, representantes dos poderes municipais, do poder estadual e federal, das instituições de ensino e pesquisa. Estas oficinas atualizaram o planejamento para o ano 2005 e decidiram instituir um Conselho Gestor multirepresentativo.

O processo de jusante promete resultados mais significativos no sentido da indução do desenvolvimento local, com forte vertente de sustentabilidade ambiental. Estando prevista a realização de fóruns temáticos com o objetivo de acelerar a implementação do Plano.

7.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ELETROBRÁS, 1991. Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993 (II PDMA), Rio de Janeiro, Brasil: MME/Eletronorte, 2v.
- (2) ELETROBRÁS, 1986. Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (I PDMA), Rio de Janeiro, Brasil: MME/Eletronorte.
- (3) ELETROBRÁS, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, SRL Projetos S/C Ltda, 1989. Inserção Regional de Empreendimentos do Setor Elétrico – Relatório Final, Rio de Janeiro, Brasil: MME/Eletronorte.
- (4) ELETRONORTE, 2000. Plano de Ações Ambientais – Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais 1999/2000 (mimeo). Brasília, Brasil.
- (5) ELETRONORTE, 2001. Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí. Brasília, Brasil: MME/Eletronorte.
- (6) ELETRONORTE, 2001. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí. Brasília, Brasil: MME/Eletronorte.
- (7) ELETRONORTE, 2003. Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da UHE Tucuruí – PPDS-JUS. Brasília, Brasil: MME/Eletronorte.
- (8) NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do et José Augusto Drummond, organizadores, 2003. Amazônia: Dinamismo Econômico e Conservação Ambiental. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.
- (9) RAMOS, Silvia Maria F.G. “UHE Tucuruí: Conflitos Sócio ambientais – Episódio do pleito do Plano de Desenvolvimento Regional” in A Dificil Sustentabilidade Política Energética e conflitos ambientais – org. Marcel Bursztyn, 2001. Ed Garamond, Brasília DF, Brazil.
- (10) WORLD COMMISSION ON DAMS. Dams and Development: A New Framework for Decision- Making – The Report of the World Commission on Dams, 2000. London: Earthscan Publications.